

Resumo dos Contatos na SUPRAM em 09-nov-2010 com a técnica responsável pela análise do projeto da EPO, a Senhora Aline Maria Guimaraes (fone 3228-7802 email: [Aline.guimaraes@meiobambiente.mg.gov.br](mailto:Aline.guimaraes@meiobambiente.mg.gov.br)). O texto em cor preta foram informações fornecidas pela Sra. Aline, **o texto em negrito azul são comentários meus.**

- 01. Realização da 1ª Audiência Pública:** Informou que a audiência publica, que não fora solicitada por nenhum cidadão, foi solicitada pela SUPRAM por se tratar de projeto classe 5 (dimensão da área ambiental envolvida e densidade populacional futura). Que o texto integral do EIA-RIMA esta disponível em Ouro Preto, há muitas semanas. **Estivemos na Secretaria de Patrimônio de Ouro Preto duas semanas antes da Audiência Publica e folheamos o relatório, tirando fotos de algumas paginas. Infelizmente, não nos lembramos se havia uma planta detalhada, pois não vimos. Talvez tenhamos sido os únicos a pelo menos manusear o texto, já que a população de Glaura não tem recursos para tal. O EIA-RIMA deveria ter sido fornecido à ACG conforme solicitação feita em 10-out-2010, não atendida tanto pela SUPRAM como pelo empreiteiro.**
- 02. Levantamentos complementares pela SUPRAM:** Foi designada para dar o parecer e que já enviou equipe técnica, que participa do parecer, para revisões no campo, em Glaura.
- 03. Estágios de Licenciamento:** Existem três fases de licenciamento: **LP** – Licença Provisória, **LI** – Licença para Implantação e **LO** – Licença para Operação. Que a audiência publica visa apenas a LP e a avaliação do impacto ambiental, apenas. **Estranho avaliar impacto ambiental sem saber se existirão 10 terrenos de 50 mil M2 cada um ou 1.000 terrenos com mil M2 cada um, já que o empreiteiro pode alterar tudo depois da LI, conforme foi informado no item 11.**
- 04. Parcelamento e Uso do Solo em Ouro Preto:** A SUPRAM solicitou à EPO informações adicionais que não estão no projeto, dentre as quais as “**Diretrizes Municipais para o Parcelamento, Uso e Ocupação do Solo**”, sem os quais não pode terminar seu parecer. **Ouvimos comentários na região que uma nova regulamentação do uso de solo estaria sendo discutida ou já aprovada em Ouro Preto. Estranhamos a surpresa dos vereadores presentes na reunião da Consulta Publica, pois eles deveriam saber se há ou não uma nova regra de uso de solo em Ouro Preto.** Registrou que a SUPRAM não recebeu ainda, da EPO, estas diretrizes oficiais da PMOP. Informou também que estas diretrizes definem praticamente tudo o que o empreiteiro deve cumprir, entre as quais: uso de fossas, largura de ruas, calçamento de ruas, largura de passeios, taxa de ocupação do terreno, etc.
- 05. Prazo para conhecimento do parecer SUPRAM:** O parecer da SUPRAM é depois submetido numa audiência publica na Unidade de Regulação Colegiada (?) – URC. Que

em janeiro a URC não se reúne e como já estamos em 15-Nov, acha pouco provável que o seu relatório, quando terminado, seja avaliado antes de fevereiro de 2011. A data de discussão na URC pode ser obtida no site da SEMAD, folha URC-Rio Velhas e Paraopeba.

- 06. Informações do CODEMA-Ouro Preto:** A SUPRAM recebeu uma comunicação da Secretaria de Meio Ambiente de O.Preto, datada de 2-junho-2010, indicando que o projeto já fora submetido ao CODEMA de Ouro Preto e fora aprovado. **Estranho este CODEMA: aprova projetos desta magnitude sem sequer consultar algum cidadão que será afetado pelo processo? Onde estão nossos vereadores?**
- 07. Informações da Secretaria de Patrimônio:** O Secretario de Patrimônio de OPreto enviou nova carta em 2-ago2010 informando que não emitira nova diretriz **Ao longo da conversa pareceu-nos que há alguma confusão quanto a estas duas cartas...**
- 08. Terrenos de 1.000 m2 ou de 1.500 m2?** Perguntada sobre a dimensão e quantidade de terrenos, respondeu que o empreendedor pode demarcar terrenos dentro da lei e que se a região for área urbana (faltam as informações do documento mencionado em 04.) podem ser ate bem menores. Mas que acha terrenos de 1.000 m2 um bom tamanho, ainda que não possa opinar sobre isto. **Registramos que na audiência publica durante uma primeira fase foram mencionados terrenos de 1.000 m2, depois se passou para 1.500 m2 e finalmente foi dito que isto ainda estava em estudos...**
- 09. Disponibilidade de água para o Projeto:** Perguntada sobre o fornecimento de água, procurou no texto do EIA-RIMA e encontrou, resumidamente, as seguintes informações: (a) que, usando como referencia o EIA-RIMA do Aeroporto de Ouro Preto, o SAE de Ouro Preto pode fornecer água necessária para a 1ª Fase. E (b) Que há recursos hídricos na região, a serem captados. **Estivemos na Audiência Publica do EIA-RIMA do Aeroporto e ficamos surpresos ao receber estas informações, pois na Audiência Publica foi mencionado apenas que utilizariam a água de meia dúzia de riachos existentes para alimentar o projeto MCP e que eles têm vazão adequada. Nenhum dado técnico sobre água, enquanto se apresentou em detalhes todo o processo de cubagem de madeira de eucalipto, a ser totalmente cortado... E:**
- (1) É ridículo usar como referencia o projeto do Aeroporto que não consome água, a não ser para molhar alguns metros de grama e meia dúzia de descargas de privadas por dia. Na fase-1 só utilizarão o Aeroporto aviões de ate sete passageiros, digamos 3-4 por dia, ou seja, 20 pessoas... Por outro lado, na discussão do Aeroporto, ate este trafego de veículos foi questionado pelos moradores, tendo sido mencionado que numa fase seguinte, com aviões de ate 60 passageiros, será feito um acesso direto entre o Alto do Beleza para o Funil, na estrada para Ouro Preto. Suponhamos cinco aviões por dia x 50 passageiros = 250 passageiros. Suponhamos dois por taxi, teremos 120 taxis. O loteamento MCP trará em sua fase inicial pelo menos 1.000 veículos... Depois, muito mais...**

- (2) Como o SAE-Ouro Preto poderia fornecer água, se não consegue fazê-lo em Glaura e em Cachoeira do Campo de forma adequada e com a qualidade mínima da água fornecida?
- (3) Usar os riachos do Vale onde será feito o projeto ou perfurar poços artesianos na região levará ao desaparecimento das fontes de água que ainda temos para alimentar Glaura
- (4) Captar água do Rio das Velhas pode ser possível, se o empreiteiro assim estiver disposto (custos de captação, tratamento e bombeamento e direito de uso de águas – outorga)
- (5) Ou seja, um dos problemas mais críticos na região e sequer foi tratado com a devida profundidade no EIA-RIMA. Será que isto não tem nada a ver com impacto ambiental?
- 10. Haverá um hotel ou não?** Perguntada sobre a localização do Hotel, disse que esta nos mapas do EIA-RIMA. Na audiência pública mencionou-se o hotel num primeiro momento depois o mesmo desapareceu, não sendo destacado em nenhum mapa apresentado. E claro, nem a dimensão e/ou serviços que estarão disponíveis neste hotel.
- 11. Como aprovar ambientalmente sem saber a dimensão do projeto?** Perguntada sobre como se pode aprovar uma planta onde a unidade básica (m<sup>2</sup> de cada lote) e a quantidade de lotes não esta definida, disse que: O empreiteiro pode mudar tudo depois, **agora se aprova apenas a viabilidade ambiental.** Estranho: estudos de impacto ambiental sem levar em conta quantas fossas devem existir? Se cabem nos terrenos? Se há água para atender um numero “indefinido” de consumidores? Se as ruas propostas suportam um numero “indefinido” de automóveis? Se as áreas verdes projetadas podem vir a ser manuseadas como se manuseará o numero de terrenos e sua dimensão? Esperamos que a SUPRAM não use uma bola de cristal para definir esta adequação do projeto ao contexto ambiental do local.
- 12. Existirão novas audiências, conforme solicitado formalmente pela ACG?** Perguntada sobre a realização de novas audiências, inclusive em Cachoeira do Campo, respondeu que isto somente existirá se algum cidadão ou autoridade requerer. Não faz parte das funções da SUPRAM. Em documento submetido pela ACG em 10-out-2010 à SUPRAM já se questionou como será equacionado o trafego intenso de veículos pela Rua do Tombadouro, em Cachoeira do Campo. É absolutamente imprescindível que esta audiência venha a ocorrer e estaremos tratando disto, na forma da Lei. Mencionamos também em nossa correspondencia que existe uma alternativa, que reduz em 10 quilômetros o trajeto dos futuros compradores (20 km, se ida e volta), mas implica em asfaltar o Vale do Tropeiro e o anel que circunda Glaura.

Estas informações estão sendo enviadas para (1) Membros do Conselho Glaura 20/20, (2) Vereadores de Ouro Preto que estão envolvidos no projeto (3) Alta administração do Projeto Moradas Casa de Pedra (4) Prefeito de Ouro Preto (5) SUPRAM – Sra. Aline Guimarães.

O Conselho Glaura 20/20 já esta estruturado, faltando apenas à eleição pública de quatro representantes dos três bairros de Glaura e do sub-distrito de Soares. Isto deverá ocorrer no dia 15-novembro.

Rodolfo Koepfel – Diretor Secretario da ACG.